

NORMATIVO SARB 09/2013

~~O Conselho de Autorregulação Bancária, com base no art. 1 (b), do Código de Autorregulação Bancária, sanciona as regras abaixo dispostas, formalizando preceitos comuns a todas as signatárias da Autorregulação (as "Signatárias") e as instituições associadas às entidades conveniadas ao Sistema de Autorregulação Bancária (as "Conveniadas"), relativamente ao Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário, de forma a nortear o exercício desses profissionais no mercado de crédito imobiliário, bem como nos demais assuntos de competência temática do setor.~~

O Conselho de Autorregulação Bancária sanciona as regras abaixo dispostas, formalizando preceitos comuns às instituições financeiras signatárias da Autorregulação (as "Signatárias") e as instituições associadas às entidades conveniadas ao Sistema de Autorregulação Bancária (as "Conveniadas"), nos termos do art. 52, V, do Código de Conduta Ética e Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, relativamente ao **Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário**, de forma a nortear o exercício desses profissionais no mercado de crédito imobiliário, bem como nos demais assuntos de competência temática do setor. *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

~~**Art. 1º** O presente Normativo consiste em um compromisso das Instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional pela busca de seu próprio aperfeiçoamento em benefício do consumidor, focando na qualificação dos profissionais que atuam no mercado de crédito imobiliário brasileiro.~~

Art. 1º O presente Normativo consiste em um compromisso das Instituições integrantes do Sistema de Autorregulação Bancária com o propósito do aperfeiçoamento do setor em benefício do consumidor, direcionado à qualificação dos profissionais que atuam no mercado de crédito imobiliário brasileiro. *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA DA NORMA

Art. 2º Os comandos deste Normativo destinam-se a todas as signatárias (as "Signatárias") e instituições associadas às entidades conveniadas ao Sistema de Autorregulação Bancária (as "Conveniadas"), relativamente aos princípios que regerão o Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário e as regras referentes ao exame de certificação.

CAPÍTULO III DO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO

Art. 3º O Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário será composto por diversos níveis de certificação, que serão regulamentados em documentos anexos a este Normativo.

Parágrafo único. Cada novo nível de certificação deverá ser previamente submetido ao Conselho de Autorregulação Bancária da Febraban.

CAPÍTULO IV DO PÚBLICO ALVO

~~Art. 4º O Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário, em seus diversos níveis, terão seus públicos-alvo definidos nos respectivos normativos pelos quais serão instituídos.~~

Art. 4º O Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário, em seus diversos níveis, terão seus públicos-alvo definidos nos respectivos normativos pelos quais serão instituídos constantes dos documentos anexos a este Normativo. *(redação dada pela Deliberação nº 47, de 28 de junho de 2023)*

CAPÍTULO V DAS INSTITUIÇÕES ADERENTES

Art. 5º Poderão aderir ao Convênio firmado entre a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip e a Febraban, no âmbito do Sistema de Autorregulação Bancária, para viabilizar a certificação dos profissionais do seu quadro funcional, as entidades associadas à Abecip na categoria associadas efetivas e especiais, observado que:

I - associadas efetivas da Abecip são entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e/ou do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI; e

II - associadas especiais da Abecip são associações ou empresas nacionais e internacionais, desde que estejam vinculadas ao mercado imobiliário ou tenham objetivos correlatos ao do setor de poupança e empréstimo imobiliário e de securitização.

~~**Parágrafo único.** Doravante as instituições aderentes ao Convênio firmado entre a Abecip e a Febraban, no âmbito do Sistema de Autorregulação Bancária, serão, neste Normativo, designadas **SIGNATÁRIAS**.~~

Parágrafo único. As instituições aderentes ao Convênio firmado entre a Abecip e a Febraban, no âmbito do Sistema de Autorregulação Bancária, serão, neste Normativo, designadas **SIGNATÁRIAS**. *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

Art. 6º As **SIGNATÁRIAS** se comprometem a promover o bom nome do Programa Abecip de Certificação de Crédito Imobiliário, contribuindo para a consolidação e crescimento do processo, no intuito de instituir melhores práticas na atividade de crédito imobiliário.

Parágrafo único. A não observância das normas pelos profissionais certificados não transfere automaticamente o ônus às **SIGNATÁRIAS**.

~~**Art. 7º** As **SIGNATÁRIAS** deverão auxiliar a manter o “Banco de Dados de Profissionais Certificados”, administrado pela Abecip, atualizado com as informações relativas aos seus profissionais certificados, em processo de certificação ou de atualização, especialmente no que se refere à sua contratação e desligamento, sendo responsabilidade de cada **SIGNATÁRIA** a veracidade das informações constantes no Banco de Dados.~~

~~**Art. 7º** As **SIGNATÁRIAS** deverão auxiliar a manter o “Banco de Dados de Profissionais Certificados”, administrado pela Abecip, atualizado com as informações relativas aos seus profissionais certificados, em processo de certificação, recertificação ou de atualização, especialmente no que se refere à sua contratação e desligamento, sendo responsabilidade de cada **SIGNATÁRIA** a veracidade das informações constantes no Banco de Dados. *(redação dada pela Deliberação nº 47, de 28 de junho de 2023)*~~

Art. 7º As SIGNATÁRIAS deverão auxiliar a Abecip na manutenção do “Banco de Dados de Profissionais Certificados”, administrado pela Abecip, com o envio periódico de informações atualizadas relativas aos seus profissionais certificados, em processo de certificação, recertificação ou de atualização, especialmente no que se refere à sua contratação e desligamento, sendo responsabilidade de cada SIGNATÁRIA a veracidade das informações constantes no Banco de Dados. *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

CAPÍTULO VI DOS EXAMES

~~**Art. 8º** O formato do exame, os procedimentos de inscrição, o cronograma de realização, as localidades disponíveis, conteúdo programático e demais procedimentos relativos aos exames de certificação serão definidos no Regulamento do Exame de Certificação Profissional Abecip.~~

Art. 8º O formato do exame, os procedimentos de inscrição, o cronograma de realização, as localidades disponíveis, o conteúdo programático e os demais procedimentos relativos aos exames de certificação e recertificação serão definidos no Regulamento do Exame de Certificação e Recertificação Profissional Abecip. *(redação dada pela Deliberação nº 47, de 28 de junho de 2023)*

~~**Parágrafo único.** O Regulamento mencionado no caput será divulgado no site da Abecip, www.abecip.org.br.~~

Parágrafo único. O Regulamento mencionado no caput será divulgado nos sites da Abecip (www.abecip.org.br; www.abecipcertificacao.org.br e www.abecipeducao.org.br). *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

Art. 9º Será considerado Certificado o candidato que obtiver no exame aproveitamento (nota) igual ou superior àquela definida nos Anexos específicos de cada Programa de Certificação da Abecip.

~~**Art. 10.** O prazo para recertificação será de quatro anos e seis meses até o prazo máximo de cinco anos, contados a partir da data de realização do exame que lhe conferiu a Certificação.~~

Art. 10. O prazo máximo de início dos procedimentos para recertificação será especificado no regulamento do Programa de Certificação da Abecip, contados a partir da data de realização do exame que lhe conferiu a Certificação. *(redação dada pela Deliberação nº 47, de 28 de junho de 2023)*

~~**§ 1º** O procedimento de recertificação poderá ser realizado por meio de dois instrumentos: participação em Programas de Treinamento com este propósito específico, oferecidos ou validados pelas Instituições Associadas; mediante aprovação no Exame de recertificação da respectiva série. *(excluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*~~

~~**§ 2º** Os programas de treinamento e exames de Recertificação terão por base as matérias definidas no Conteúdo Programático de Recertificação de cada modalidade. *(excluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*~~

~~**§ 3º** Os programas de treinamento, para serem oferecidos ou validados pelas Instituições Associadas, precisarão contemplar as seguintes características: *(excluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*~~

~~I – Carga horária mínima: 20 horas;~~

~~II – Apostila com todo o conteúdo abordado no programa detalhado;~~

~~III – Exame ao final do curso para obtenção da Recertificação;~~

~~IV – Quantidade de questões por exame: 30 questões; V –
Tempo máximo para realização do exame: 1h30;~~

~~VI – Aprovação no curso de Recertificação condicionada à obtenção de nota igual ou superior a 60% no exame final, respeitando o tempo máximo para realização;~~

~~VII – Acesso individualizado, identificando o candidato pelo número do CPF, e protegido por senha (somente para os cursos à distância);~~

~~VIII – Exercícios ao longo do curso (somente para os cursos à distância);~~

~~IX – Tutoria para apoio a dúvidas conceituais (somente para os cursos à distância);~~

~~§ 4º O descumprimento das condições estabelecidas no parágrafo primeiro implica na perda da Certificação. (excluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)~~

CAPÍTULO VII DA RECERTIFICAÇÃO (incluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)

~~Art. 11. Para o Programa de Recertificação, deverão ser observadas as seguintes características e condições: (incluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)~~

Art. 11. Para o Programa de Recertificação, deverão ser observadas as características e condições previstas neste artigo. (redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)

~~§ 1º O procedimento de recertificação poderá ser realizado por meio dos seguintes instrumentos: (i) mediante aprovação em Avaliação Simplificada On-Line (EAD); (ii) participação em Programas de Treinamento com este propósito específico, oferecidos ou validados pelas Instituições Associadas; (iii) mediante aprovação no Exame presencial de recertificação da respectiva série. (incluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)~~

~~§ 1º O procedimento de recertificação poderá ser realizado por meio dos seguintes instrumentos:~~

§ 1º O procedimento de recertificação poderá ser realizado por meio de um dos seguintes instrumentos: (redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)

~~I – mediante aprovação em Avaliação Simplificada On-Line (EAD);~~

I - aprovação em Avaliação Simplificada On-Line (EAD); (redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)

~~II – participação em Programas de Treinamento com este propósito específico, que tenha grade de matérias abordadas conforme disposto no § 2º deste artigo, oferecidos ou validados pelas Instituições Associadas;—~~

II - participação em Programas de Treinamento validados pela Abecip e oferecidos pelas **SIGNATÁRIAS**, com este propósito específico, que incluam matérias abordadas conforme disposto no § 2º deste artigo; (redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)

~~III – mediante aprovação no Exame presencial de recertificação da respectiva série; ou~~

III - aprovação no Exame presencial de recertificação da respectiva série; ou (redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)

IV - participação no Programa de Educação Continuada On-line (EAD) oferecido pela Abecip. (incluído pela Deliberação n.030, de 11 de agosto de 2020; redação dada pela Deliberação nº 47, de 28 de junho de 2023)

~~§ 2º Os programas mencionados no §1º, terão por base as matérias definidas no Conteúdo~~

~~Programático de Recertificação de cada modalidade. (incluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)~~

§ 2º Os programas mencionados no inciso II, do § 1º, terão por base as matérias definidas no Conteúdo Programático de Recertificação de cada modalidade. *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

~~**§ 3º** Os programas de Avaliação Simplificada On-Line e os Programas de Treinamento oferecidos pelas Instituições Associadas precisarão contemplar as seguintes características: (incluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)~~

§ 3º Os programas de Avaliação Simplificada On-Line e os Programas de Treinamento oferecidos pelas Instituições Associadas deverão conter: *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

I - material detalhado, com todo o conteúdo abordado no programa;

II - exame para obtenção da Recertificação;

III - quantidade mínima de questões por exame: 30 (trinta) questões para exames com módulo(s) adicional(is) e 20 (vinte) questões para os demais exames;

IV - tempo máximo para realização do exame: 2h para exames com módulo(s) adicional(is) e 1h30 para os demais exames;

V - aprovação da Recertificação condicionada à obtenção de nota igual ou superior a 60% no exame final, respeitando o tempo máximo para realização;

VI - acesso individualizado, identificando o candidato pelo número do CPF, e protegido por senha.

§ 4º O Programa de Educação Continuada On-Line (EAD) oferecido pela Abecip contemplará as seguintes características: *(incluído pela Deliberação nº 47, de 28 de junho de 2023)*

§ 4º O Programa de Educação Continuada On-Line (EAD) oferecido pela Abecip deverá prever: *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

I - cursos em vídeo-aulas, acompanhados de exercícios de fixação;

~~II - obrigatório realizar no mínimo 4 (quatro), de total de cursos que serão disponibilizados;~~

II - a realização de, no mínimo, 4 (quatro) do total de cursos a serem disponibilizados; *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

III - carga horária mínima de 3h por curso.

Art. 12. O descumprimento das condições estabelecidas neste Normativo implicará na perda da Certificação. *(incluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

Art. 13. Competirá à Abecip a avaliação e deliberação de casos excepcionais. *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

CAPÍTULO VIII DAS OBRIGAÇÕES DA ABECIP *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

Art. 14. Compete à Abecip: *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

I - gerenciar o Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário nos termos estabelecidos pelo presente Normativo;

~~II - elaborar o Regulamento do Exame, contendo os procedimentos de inscrição, agendamento e realização da prova;~~

II - elaborar o Regulamento do Exame, contendo os procedimentos de inscrição, agendamento e realização do exame; *(redação dada pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

~~III - divulgar às SIGNATÁRIAS, com antecedência, informações relativas aos nove exames a serem realizados; *(excluído pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*~~

III - divulgar os resultados dos exames; *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

IV - receber denúncias de descumprimento, por parte de **SIGNATÁRIAS** ou por profissionais certificados a elas vinculados, das disposições deste Normativo. *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

CAPÍTULO IX CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTAS PARA PROFISSIONAIS CERTIFICADOS *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

Art. 15. Os candidatos ao Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário devem aceitar os princípios éticos e padrões de conduta básicos constante do **CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTAS PARA PROFISSIONAIS CERTIFICADOS**, que se constitui no Anexo I deste Normativo. *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

~~**Parágrafo único.** Os princípios éticos e padrões de conduta básicos constantes do CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTAS PARA PROFISSIONAIS CERTIFICADOS deverão ser obedecidos e cumpridos por todo e qualquer profissional “certificado” no âmbito do Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário, no relacionamento com os agentes do mercado de crédito imobiliário, com os demais agentes do mercado financeiro, com clientes e no exercício das suas atividades afins.~~

Parágrafo único. Os princípios éticos e padrões de conduta básicos constantes do CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTAS PARA PROFISSIONAIS CERTIFICADOS deverão ser obedecidos e cumpridos por todo e qualquer profissional “certificado” no âmbito do Programa Abecip de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário, no relacionamento com os agentes do mercado de crédito imobiliário, com os demais agentes do mercado financeiro, com clientes e demais participantes das operações de crédito, bem como no exercício das suas atividades afins. *(redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)*

CAPÍTULO X DAS PENALIDADES *(renumerado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

~~**Art. 14.** As condutas disciplinadas neste Normativo pelas SIGNATÁRIAS e pelos profissionais “certificados” serão supervisionadas pela Diretoria de Autorregulação da Febraban com base nos mecanismos previstos no Código de Autorregulação Bancária, e consideradas as peculiaridades das práticas aqui disciplinadas.~~

Art. 16. As condutas disciplinadas neste Normativo pelas **SIGNATÁRIAS** e pelos profissionais “certificados” serão supervisionadas pela Diretoria de Autorregulação da Febraban com base nos mecanismos previstos no Código de Conduta Ética e Autorregulação Bancária, e consideradas as peculiaridades das práticas aqui disciplinadas. *(redação dada pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)*

~~**Parágrafo único.** Os casos eventualmente trazidos à apreciação do Conselho de Autorregulação Bancária, de acordo com o art. 12, inciso V, com base em indícios de desconformidade em relação aos comandos deste Normativo, serão apreciados e decididos segundo os ritos previstos no Código de Autorregulação Bancária da Febraban.~~

~~**Parágrafo único.** Os casos eventualmente trazidos à apreciação do Conselho de Autorregulação Bancária, de acordo com o art. 14, inciso IV, com base em indícios de desconformidade em relação aos comandos deste Normativo, serão apreciados e decididos segundo os ritos previstos no Código de Conduta Ética e Autorregulação Bancária. (redação dada pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020)~~

Parágrafo único. Os casos eventualmente trazidos à apreciação do Conselho de Autorregulação Bancária, de acordo com o art. 14, inciso IV, deste Normativo, com base em indícios de desconformidade em relação aos comandos deste Normativo, serão apreciados e decididos segundo os ritos previstos no Código de Conduta Ética e Autorregulação Bancária. (redação dada pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 12 de setembro de 2024)

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Este Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovado em 27 de junho de 2013; publicado em 03 de julho de 2013.

Revisto e atualizado pela Deliberação nº 08, de 28 de setembro de 2017.

Alterado pela Deliberação nº 30, de 11 de agosto de 2020.

Alterado pela Deliberação nº 47, de 28 de junho de 2023, publicada em 03 de julho de 2023.

Alterado pela Deliberação nº 57, de 30 de agosto de 2024, publicada em 23 de setembro de 2024.